CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

*GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DAS
QUEIMADAS NO PAÍS, ESPECIALMENTE NO ESTADO DE RORAIMA*

RELATÓRIO DA VISITA IN LOCO DO GRUPO DE TRABALHO À REGIÃO DE RORAIMA NO DIA 20/03/03

Coordenador:	Deputado SARNEY FILHO
Relator:	Deputado CÉSAR MEDEIROS
Membros:	Deputado FERNANDO GABEIRA Deputado CELSO RUSSOMANNO

O Grupo de trabalho formado a partir da aprovação do requerimento de autoria do Deputado Sarney Filho, foi composto pela Presidência da Comissão no dia 14/03/03, com os seguintes Deputados: Sarney Filho, Coordenador; Fernando Gabeira, Relator; César Medeiros e Celso Russomanno, como membros titulares. Como primeira atividade do Grupo de Trabalho o Coordenador, Deputado Sarney Filho, tendo em vista o agravamento da situação, solicitou uma visita IN LOCO do Grupo no dia 20/03, quinta-feira, para uma avaliação da situação bem como a verificação da atuação dos órgãos envolvidos, tanto nas medidas preventivas, quanto as que visavam debelar os focos e as medidas futuras para que se evitassem novos incêndios na região. Em face da impossibilidade de comparecimento dos Deputados Fernando Gabeira e Celso Russomanno, o Coordenador solicitou-me a confecção do relatório da viagem, o qual passo a apresentar aos senhores membros em resumo.

Por volta das 9:30h da manhã, o Grupo foi recebido no 1º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), local onde se concentra as ações da Força-Tarefa envolvendo Governos Federal e Estadual na coordenação de planejamento das ações de combate aos incêndios. O objetivo da visita foi ouvir uma palestra a ser proferida pelo General Studart, **que assumiu os trabalhos da Força desde o dia 15/03**. Estavam presentes também ao encontro o Governador do Estado Flamarion Portela, o Comandante do Comando Militar da Amazônia General Figueiredo, o Secretário Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, Coronel Wilson, o Coordenador da Defesa Civil do Estado de Roraima, Coronel Edivaldo Amaral, o Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA, Dr. Flávio Montiel e a Secretária de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Dr^a. Mary Alegretti.

A exposição do Gen. Studart fez referências às características da vegetação de Roraima, da situação atual dos focos de incêndio na região, da estrutura organizacional da operação, da logística empregada e das atividades que serão realizadas futuramente, que se encontram detalhadas em documento fornecido à secretaria da CDCMAM e a disposição dos interessados. A palestra serviu também para dirimir dúvidas que julgo importante divulgá-las a fim de saber se houve ou não omissão por parte das autoridades no

tocante à adoção de medidas preventivas, se os recursos humanos, materiais e meios utilizados foram suficientes para o enfrentamento da situação, bem como as causas, causadores e responsabilidade pelo descontrole da situação:

ADOÇÃO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS

De acordo com o General Studart, o Governo Estadual vinha atuando nas áreas de potencial risco de incêndio desde o dia 12/5/2002, e que “**as medidas preventivas nos meses críticos a nível de Defesa Civil do Estado já haviam sido tomadas**”, como o monitoramento e o combate às queimadas. Segundo ele “**o IBAMA também já fazia o monitoramento nas áreas de proteção ambiental**”. Todavia, com o agravamento da situação o Governo do Estado tomou uma série de providências, dentre elas a decretação de calamidade pública e gestões junto ao Governo Federal que prontamente passou a responder a essas demandas. No dia 08/03/2003, em um sábado, chegaram autoridades do 1º escalão do Governo Federal que se reuniram no mesmo dia e decidiram pela unificação das ações que seriam coordenadas pelo Exército. É importante lembrar que consultando as notas taquigráficas das reuniões da Audiência Pública realizada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Minorias em 1998 sobre essa questão, inicialmente não houve essa ação unificada dos órgãos envolvidos (IBAMA, FUNAI, DEFESA CIVIL, ÓRGÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE) para enfrentamento da situação, o que reputo de extrema importância para o sucesso das operações.

RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E MEIOS UTILIZADOS

Para o combate aos incêndios florestais, foram disponibilizados inúmeros recursos humanos e materiais, os quais encontram-se detalhados no **anexo IV** deste relatório.

Quanto aos meios utilizados, embora o General tenha defendido que os atuais meios oferecidos pelos Governos Federal e Estadual foram suficientes para enfrentar a situação, ao ser questionado pelo Coordenador, Deputado Sarney Filho, se o Governo Federal vinha dando apoio financeiro para as operações, o General ressaltou que até o presente momento “**todos os meios utilizados vinham de recursos próprios, e que se encontravam no limite de suas possibilidades**”, o que causou

preocupação ao Grupo de Trabalho. O Diretor do IBAMA, Flávio Montiel, esclareceu que a liberação de recursos seria feita através da edição de uma Medida Provisória. Face ao exposto, o Grupo de Trabalho se propôs a solicitar uma audiência com o Ministro da Fazenda a fim de agilizar a liberação dos recursos, já que para situações excepcionais é necessário medidas urgentes.

CAUSAS, CAUSADORES E RESPONSABILIDADE PELO DESCONTROLE DAS QUEIMADAS

Instado por este relator acerca dos causadores e causas dos focos de incêndio na reserva Yanomami, o Diretor do IBAMA, confirmou a hipótese de terem sido provocados por garimpeiros mas também esclareceu que nas unidades de conservação, especialmente nas Estações Ecológicas de Maracá e Caracaraí, o fogo foi provocado de fora para dentro pelos assentamentos rurais próximos.

Outro fator, que provocou protesto do Grupo, foi o fato de que na época de maior probabilidade da ocorrência de incêndios na região, em virtude da seca e da estiagem, isto é a partir de Dezembro de 2002, a gerência regional do IBAMA, autorizou, temerariamente, o uso de queimadas pelos pequenos produtores. O que se estivesse proibido, pelo menos nos períodos de maior risco de incêndios, certamente, os incêndios teriam menor probabilidade de ocorrer.

Em seguida, o Grupo de Trabalho foi encaminhado à sala de Controle das Operações, onde é verificado todo o acompanhamento das ações empreendidas, principalmente para a otimização dos recursos logísticos.

Por volta das 11:00h foi realizado o sobrevôo na região Oeste do Estado, onde há maior descontrole da situação em virtude daquela área possuir vegetação propícia para incêndios. O Grupo de Trabalho verificou que os focos tinham se espalhado por várias regiões, atingindo campos, florestas e a reserva Yanomami em pontos isolados. Segundo o General Stuard, os focos de incêndio não caracterizavam ainda um descontrole da situação, porém, em determinadas regiões, de difícil acesso, os focos só poderiam ser totalmente controlados pela chuva.

Na Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, às 15:00h, foi realizado um debate público para discussão sobre os incêndios e os novos modelos de produção na Amazônia. Participaram da Mesa o Presidente da Assembléia, Deputado Messias de Jesus, o Governador do Estado, Flamarion Portela, a Secretária de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Dra. Mary Alegretti, representando a Ministra do Meio Ambiente; o Superintendente da SUFRAMA, Dr. Ozias Monteiro, e Coronel José Wilson Pereira, Secretário Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional. O teor dos debates está sendo transcrito pelo setor de taquigrafia da Casa, o qual, posteriormente, ficará à disposição dos interessados na secretaria da CDCMAM. O evento foi extremamente proveitoso para se identificar as causas dos incêndios e as providências que estão sendo tomadas para que não se repita a cada período essa mesma situação, o qual passo a apresentar em síntese, os principais pontos do debate:

CAUSAS DOS INCÊNDIOS

Durante a audiência, os expositores foram unânimes em apontar **3 (três) causas** para a repetição do descontrole das queimadas: **Em primeiro lugar** o fenômeno El Nino que provoca estiagens na região, tornando os campos propícios à formação de combustível para os incêndios. **Em segundo lugar** é necessário proceder a uma regularização fundiária em Roraima, visto que, de acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente 90% (noventa por cento) dos produtores agrícolas estão em situação irregular com o IBAMA, ocupando áreas de preservação permanente e até mesmo áreas indígenas. **Por último** e o que considero a principal causa para deflagração do problema são as queimadas que é a forma utilizada pelos assentamentos rurais e pequenos produtores como única ferramenta para limpeza das áreas de plantio ou renovação de pastagem, fenômeno esse que é cultural, passado de pai para filho. Vale lembrar, que as populações indígenas utilizam também das queimadas para se livrarem de cobras e outros animais peçonhentos.

PROVIDÊNCIAS QUE ESTÃO SENDO TOMADAS

É importante salientar as medidas que foram adotadas para atacar as causas que intermitentemente provocam essa situação de descontrole das queimadas na região.

Em caráter emergencial foi assinado um **TERMO DE COMPROMISSO** – constante do **anexo II** do Relatório, entre o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Integração Nacional, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Justiça, Governo do Estado, Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Roraima, Central dos Assentados de Roraima e Grupo de Trabalho Amazônico de Roraima, com o objetivo de **definir as bases e dividir as responsabilidades para a implementação de ações emergenciais e estruturantes de curto, médio e longo prazos**. Para os agricultores que evitarem queimadas em suas propriedades ou forem atingidos acidentalmente, é proposto no Termo de Compromisso uma espécie de **compensação**, no valor estimado de R\$ 200,00 (duzentos reais), durante um período de 6 (seis) meses, no valor total de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), verbas que poderão beneficiar diretamente 5.000 (cinco mil) famílias. Este plano encontra-se detalhado no **anexo III** deste relatório.

PROVIDÊNCIAS QUE DEVERÃO SER TOMADAS FUTURAMENTE

Afora essas ações emergenciais é consenso que outras atividades sejam implementadas para a solução **DEFINITIVA** dos problemas.

É de se destacar a sugestão apresentada para implementar tecnologias no meio rural, dotando o Estado de patrulhas motorizadas acompanhadas por técnicos agrícolas que, na época própria, seriam deslocados para áreas já degradadas no intuito de deixar a terra pronta para o plantio do agricultor, para em seguida ser estimulada a organização de cooperativas para o agricultor adquirir os equipamentos necessários, porém, devemos lembrar que a mecanização é uma das várias alternativas de produção sem fogo que se pode implementar em Roraima, desde que utilizado com restrição.

Outra via a ser utilizada são as experiências alternativas do modelo de produção no Estado, existem áreas apropriadas para mecanização, para sistemas de produção extensivas, sistemas agroflorestais rentáveis como o dendê, e outros.

Considerando, ainda, que a erradicação do fogo do meio rural é tarefa difícil, tendo em vista os aspectos culturais, a eficiência do fogo na eliminação da vegetação indesejável e o baixo custo da operação, seria fundamental manter um programa junto aos produtores rurais, principalmente os de baixa renda e baixo poder aquisitivo, de treinamento periódico quanto às técnicas adequadas de uso do fogo. A difusão de tais técnicas deveria ser feita juntamente com um trabalho de formação e treinamento de brigadas de combate aos incêndios em nível municipal, comunidades, associações ou sindicatos de agricultores.

Estas brigadas, quando assim constituídas, poderiam vir a colaborar com o programa de queima controlada a ser implementado com a liberação do Aviso de Queima (Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998) bem como auxiliar o cumprimento do Art. 11 do mesmo decreto, que trata da queima solidária entre mais de um agricultor.

Além disso, poderia ainda ser instituído um calendário de queima controlada para todo o estado, quando os respectivos avisos de queima somente seriam liberados para determinadas regiões, num determinado período de tempo.

No âmbito desta Comissão, foi solicitada urgência para aprovação do Projeto de Lei conhecido como Imposto Verde, de autoria da ex-senadora e atual Ministra de Estado do Meio Ambiente Maria Osmarina da Silva Vaz de Lima, que compensa financeiramente os Estados e Municípios que possuem unidades de conservação em seu território.

Terminada a audiência o Grupo foi levado às instalações da sala de monitoramento remoto do Departamento Estadual de Meio Ambiente-DEMA, que foi montada após os incêndios de 1998, onde é possível acompanhar as imagens de satélites e com a análise dos dados prevenir a ocorrência de focos de incêndio e elaborar planos de ações para debelar o fogo.

Portanto este é o relatório que submeto a essa Comissão, agradecendo ao Governo do Estado que deu apoio logístico irrestrito para os Deputados, às assessorias parlamentares do Ministério do Exército, que de forma expedita ofereceu todo o apoio disponível para a viagem e da Aeronáutica, que também colocou um helicóptero à disposição da comitiva.

FACE AO EXPOSTO, submeto este relatório à apreciação desta comissão, para que, caso aprovado, face as observações feitas, as análises procedidas e em conformidade com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja remetido às autoridades abaixo relacionadas para tomarem ciência e de acordo com às suas competências, encaminharem as providências necessárias:

- I – Ministério de Meio Ambiente e IBAMA;
- II- Ministério do Desenvolvimento Agrário e INCRA;
- III- Ministério da Justiça e FUNAI;
- IV – Ministério da Integração Nacional e Secretaria Nacional da Defesa Civil;
- V- Ministério da Defesa e Comando Militar da Amazônia
- V- Governo de Estado de Roraima;
- VI- Assembléia Legislativa do Estado de Roraima.

Sala da Comissão, em 13 de Maio de 2003.

Deputado César Medeiros
Relator

ANEXO IV

Combate aos Incêndios Florestais de Roraima - 2003 Recursos Humanos e Materiais Mobilizados pelo MMA/IBAMA

RECURSOS APLICADOS PELO IBAMA

Humanos:

- **274 brigadistas do IBAMA, dos quais 18 indígenas** agrupados em brigadas voltadas para os trabalhos de prevenção e combate a incêndios em Unidades de Conservação (Estações Ecológicas de Caracaraí e da Ilha de Maracá e Parque Nacional de Viruá);
- **30 brigadistas** de Unidades de Conservação de outras regiões;
- **9 técnicos do PREVFOGO/IBAMA** nos trabalhos de planejamento das operações em parceria com o Comitê Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, na coordenação das brigadas no campo e no processamento das informações (geoprocessamento dos dados e elaboração de boletins diários);
- **9 fiscais da Gerência Executiva - GEREX-RR** distribuídos em 3 unidades móveis de fiscalização;
- **4 técnicos em unidades móveis** de vistoria das autorizações de queima;
- **3 fiscais da GEREX-AM**, formando 4 novas equipes móveis de fiscalização;
- **6 técnicos especialistas em liderar equipes de combate a incêndios**, que realizam a coordenação estratégica das frentes de combate das brigadas do Estado (DEMA/CBM-RR);

Materiais:

- **2 unidades móveis de combate - Rodofogo** caminhões para transporte de brigadistas equipados com bombas d'água de alta pressão, barracas, freezer, cozinha, material de acampamento, etc.
 - 22 veículos;
 - 2 lanchas voadeiras;
 - 2 barcos.
 - 4 veículos pick-up com comunicação de dados (autotrak) e voz (rádio);
 - **5 aeronaves (helicóptero Esquilo)** com acessórios de combate a incêndios (Bambi Bucket);
 - **1 antena móvel rádio** que permitirá ampliar a capacidade de comunicação entre as equipes de campo (em trânsito para Boa Vista);
 - **19 horas de vôo contratadas com aeronave de asa fixa** (5 lugares) para a realização de sobrevôos de avaliação;
 - **138 equipamentos individuais de combate** (abafador, bomba costal, pá, enxada, facão, rastelo, pinga-fogo, moto-serra, etc.) que equipam os brigadistas atualmente em ação;
- material de proteção individual** (macacão, cinto, botas, capacete, luvas de couro, óculos de proteção, cantil, etc.) para todos os brigadistas em combate;

Efetivo dos outros órgãos federais e estaduais envolvidos:

- 92 Bombeiros do Distrito Federal
- 70 soldados do Exército;
- 33 Bombeiros do CBM – AM; e
- 80 bombeiros (PM/RR).

ANEXO III

PROPOSTAS DE AÇÕES EMERGENCIAIS PARA COMPENSAR AGRICULTORES QUE EVITARAM QUEIMADAS EM SUAS PROPRIEDADES OU FORAM ATINGIDOS PELOS INCÊNDIOS EM 2003, E AÇÕES ESTRUTURANTES PARA A REDEFINIÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA FAMILIAR NO ESTADO DE RORAIMA.

1. INTRODUÇÃO

O Comitê Estadual de Prevenção e Controle de Queimadas e Combate a Incêndios Florestais em RR, com o apoio de programas do Ministério do Meio Ambiente/Ibama, tais como o SPRN (Sub-Programa Política de Recursos Naturais), Proarco, Prevfogo e Proteger II, conjuntamente com as atividades implementadas pelo estado, vêm concentrando ações de prevenção, combate e controle das queimadas e incêndios florestais para a temporada 2002/3, desde o ano passado. Entretanto, com a alta incidência de focos de incêndio em diferentes regiões do Estado, por diversas razões, em especial as condições climáticas desfavoráveis, o Governo do Estado solicitou à Ministra do Meio Ambiente todo o apoio necessário para a montagem de uma força-tarefa para proteger os recursos naturais e as comunidades em situação de risco.

O Ministério do Meio Ambiente, juntamente com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, realizou reuniões envolvendo os ministérios da Defesa, da Integração Nacional, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura e das Relações Exteriores, a partir das quais definiram um conjunto de ações emergenciais para combater o quadro de propagação dos incêndios, bem como medidas compensatórias para agricultores atingidos ou que tenham atendido à suspensão das queimadas já autorizadas para 2003.

Diante disso, nos dias 15, 16 e 17 de Março de 2003, por solicitação das entidades representativas da agricultura familiar do Estado, incluindo organizações indígenas, foram realizadas reuniões para debater as propostas apresentadas pelos representantes do Governo Federal.

Com a convicção de que os incêndios florestais causam severos danos à biodiversidade Amazônica, poluição atmosférica, comprometem a fertilidade dos solos, a integridade dos recursos hídricos e ainda causam grandes prejuízos em particular aos agricultores familiares que correm o risco de perder tudo o que possuem consumido pelo fogo, as instituições que debateram esta proposta têm consciência de que é necessário e urgente a implantação de um novo modelo de produção para o Estado de Roraima.

Baseado nos princípios da sustentabilidade em suas diversas dimensões (ambiental, social, econômica e cultural), esse modelo deve garantir a melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras, com a conservação do meio ambiente.

Tais princípios já estão contemplados em diversas experiências e programas, como o PDPI, PDA, o Agroextrativismo/MMA, Projeto Resex, os experimentos de SAFs testados pela Embrapa, novas modalidades de assentamento do INCRA, como os

Projetos de Desenvolvimento Sustentável, bem como iniciativas desenvolvidas com organizações da sociedade, como o Proteger. Mais recentemente, por iniciativa de organizações de trabalhadores rurais, vem sendo elaborado o PROAMBIENTE, que estabelece novos princípios para produção rural familiar sustentável, considerando os serviços ambientais (carbono, água, biodiversidade) no sistema de crédito. No estado de Roraima, já foi realizado um diagnóstico parcial da agricultura familiar e um plano de ação em um pólo piloto formado pelos municípios de Boa Vista, Cantá, Iracema, Caracará e Mucajá. Para que o PROAMBIENTE se tome uma alternativa, é preciso que ele se tome uma política pública no nível federal e, que o diagnóstico seja ampliado para todo o estado. Outras propostas em discussão no estado devem ser analisadas. Diversas fontes de financiamento poderão e deverão ser mobilizadas para estes programas, com destaque, no caso de Roraima, para o projeto de lei do "FPE Verde", em debate no Congresso Nacional.

Sabendo que a adesão generalizada dos agricultores a este novo modelo demandará tempo e tendo em vista a situação atual do estado, faz-se necessária a adoção de iniciativas de curto, médio e longo prazo como forma de fazer frente aos repetidos danos causados pelos incêndios florestais. Essa adesão deve se iniciar com um amplo debate sobre as alternativas existentes, incluindo o PROAMBIENTE, o manejo de pastagens, o enriquecimento de capoeira, o plantio direto adaptado à agricultura familiar, a mecanização, entre outros.

As ações emergenciais propostas são medidas de garantia de segurança alimentar e de seguro safra para aquelas famílias que não praticaram a queima e que venham a assumir o compromisso de não queimar. Essas iniciativas deverão ser complementadas pelas ações estruturantes, a exemplo do PROAMBIENTE e outras.

2. CARACTERIZAÇÃO POR CATEGORIA DOS AGRICULTORES A SEREM BENEFICIADOS

2.1- AGRICULTORES FAMILIARES QUE CUMPRIRAM A SUSPENSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE QUEIMA CONTROLADA RECOMENDADA PELO COMITÉ E DETERMINADA PELO IBAMA

Os produtores que atenderam o pedido das instituições ambientais de não realizar queima, assumindo o risco de não terem suas terras preparadas para a produção anual serão recompensados da seguinte forma:

- a) bolsa alimentação
- b) seguro safra adaptado às condições da Amazônia
- c) ações estruturantes.

A não realização de queimadas nestas terras inviabilizou a safra, necessitando assim, de uma ação compensatória de forma a garantir a segurança alimentar destes agricultores. Além disso, de acordo com a disponibilidade, esse segmento terá prioridade na preparação do solo, mediante mecanização de baixo impacto ou outras técnicas.

2.2- AGRICULTORES QUE JÁ UTILIZAVAM TÉCNICAS DE PRODUÇÃO SEM O USO DO FOGO NO PLANTIO E MANEJO DE SEUS SISTEMAS PRODUTIVOS E TIVERAM SUAS PLANTAÇÕES QUEIMADAS POR ACIDENTE (fogo vindo de outra propriedade).

Avaliou-se que estes agricultores além de perderem suas produções, tiveram um impacto negativo difícil de ser medido, em termos de perda de entusiasmo em relação ao tempo e recursos que investiram para adotar tecnologias alternativas ao uso do fogo na agricultura. Estes agricultores devem ser atendidos com as seguintes modalidades:

- a) bolsa alimentação
- b) seguro safra adaptado às condições da Amazônia
- c) garantia de replantação dos investimentos perdidos.

Pertencem a este grupo agricultores que já trabalham com SAF's devido à execução de PDA's e/ou projetos em parceria com a Embrapa/Roraima, ou que comprovem sua mudança de sistema de produção para não utilização do fogo até 2002.

2.3- AGRICULTORES QUE SOFRERAM FOGO ACIDENTAL E TIVERAM SUAS ROÇAS INVIABILIZADAS.

Nestes casos sugere-se que a decisão do benefício esteja condicionada a laudos periciais para averiguação da causa real do fogo, evitando-se que se estabeleça a "indústria do fogo" em Roraima.

2.4- AGRICULTORES FINANCIADOS E/OU REFINANCIADOS E QUE PERDERAM TUDO PELO FOGO ACIDENTAL.

Estes precisarão de tratamento diferenciado em relação às dívidas assumidas junto aos bancos, visando renegociação da dívida, dos créditos federais e estaduais, mediante perícia para averiguação da causa real do fogo.

3. AÇÕES EMERGENCIAIS

A coordenação geral das medidas a serem implementadas deverá ser exercida pelo Comitê Estadual de Prevenção e Controle de Queimadas e Combate a Incêndios Florestais em RR até que o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e o Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, estejam reestruturados, inclusive com referência à participação paritária de entidades representativas de trabalhadores rurais, e organizações indígenas.

A medida compensatória de curto prazo se configura na seguinte proposta:

Valor do benefício: R\$ 200,00/mês (a confirmar)
Período: 06 meses a partir de 02 de abril.
Estimativa: 5.000 famílias (agricultores, indígenas, pescadores artesanais, ribeirinhos).
Valor total: R\$ 6.000.000.00

3

Sugere-se que o repasse dos benefícios aos agricultores se faça preferencialmente através do Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Caixa Econômica Federal (para o recebimento do benefício pelas comunidades indígenas deverá ser discutido o melhor mecanismo de distribuição).

Esta medida compensatória deve vir acompanhada de medidas estruturantes de médio e longo prazo.

3.1. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES EMERGENCIAIS

3.1.1 Mapeamento das áreas.

3.1.2 Cadastramento e critérios de identificação de beneficiários:

- a) serão beneficiados aqueles agricultores que não queimaram e que estão regulares em relação à situação fundiária e ambiental;
- b) poderão receber o benefício aqueles agricultores que, regulares com a situação fundiária, tenham pendências ambientais, mediante regularização das mesmas através de termo de ajustamento de conduta junto ao IBAMA.
- c) não serão beneficiados ocupantes de Unidades de Conservação, Áreas de preservação e/ou Terras Indígenas, com exceção dos que comprovarem autorização oficial, para os quais o eventual recebimento do benefício fica condicionado à desocupação imediata da área, com responsabilidade de reassentamento para o órgão emissor da autorização.

3.1.3 Termo de adesão entre o beneficiário e os órgãos ambientais estadual e federais.

4. AÇÕES ESTRUTURANTES

4.1 - Estender as linhas de crédito do Pronaf-A para todos os agricultores familiares assentados pelo Incra ou pelo Estado.

4.2 - Promover articulação técnica e institucional entre INCRA/ Iteraima, Ibama, Funai, Fundação de Meio Ambiente e Municípios, para otimizar e integrar as ações.

4.3 - Apoio a outras iniciativas sustentáveis que atendam a agricultura familiar e as comunidades indígenas, entre as quais o manejo de recursos naturais florestais e/ou do cerrado.

4.4 - Que seja reestruturado imediatamente o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e o Conselho estadual de Meio Ambiente Ciência e Tecnologia de forma paritária.

4.5 - Realizar o cadastramento ambiental das terras do Estado como ferramenta essencial ao Licenciamento ambiental e ao monitoramento do uso e da posse da terra em Roraima.

4.6 - Aproveitar as áreas de cerrado em Roraima, a exemplo da Fazenda Bamerindus, onde se poderá implantar uma experiência diferenciada de assentamento rural, garantindo-se a proteção deste bioma, sua fauna e flora, o manejo integrado das microbacias e práticas sustentáveis de produção, compreendendo que isto permite uma diminuição das pressões em relação às áreas florestais, sem prejuízo da conservação do cerrado.

4.7 - Incentivar a formação de brigadas comunitárias nas localidades onde não existem, com participação de associações e outros atores locais.

4.8 - Realizar esforços para garantir o bom acesso dos agricultores aos recursos hídricos no âmbito da pequena propriedade, visando a instalação de rede básica de abastecimento estruturado com poços artesianos, semi-artesianos, pequenas barragens e o que mais se fizer necessário. Ressalte-se a necessidade de conciliação com a preservação e recuperação da vegetação ciliar de mananciais e cursos d'água, e manejo adequado de microbacias.

4.9 - A mecanização de baixo impacto, como uma das alternativas de preparação de área para plantio, deverá priorizar áreas encapoeiradas e com condições de serem trabalhadas com tratores de menor porte (mais disponíveis e de manutenção mais barata), atendendo maior número de agricultores.

4.10 - Mesmo considerando a preferência por um sistema que demande menos adubo e insumos, quando se tratar de solos pobres, com alto teor de alumínio, será necessário a adição de insumos químicos e/ou biológicos visando a correção e o aumento da fertilidade natural como: corretivos (calcários), adubos químicos (NPK, micronutrientes), orgânicos (adubos verdes, resíduos vegetais, esterco) e inoculantes.

4.11 - Promover uma reestruturação da capacidade atual de atendimento do corpo técnico que realiza extensão rural, bem como de sua infra-estrutura e logística. Técnicos da extensão e multiplicadores serão capacitados em técnicas alternativas ao uso do fogo que sejam ambiental, social e economicamente sustentáveis.

4.12 - Os agricultores beneficiários receberão treinamento nas mesmas alternativas de uso do fogo, planejadas conjuntamente com as entidades representativas, respeitando-se as características específicas de formação e nível de escolaridade, porém reconhecendo que ambos os atores (agricultores e técnicos) precisam falar a mesma língua e conhecer sobre as possibilidades de uso da terra dentro de novas alternativas mais sustentáveis. A capacitação para a prevenção e combate de incêndios florestais será contínua.

4.13 - Realizar um inventário de estruturas existentes financiadas com recursos públicos que se encontrem em condições ociosas ou sub-utilizadas, sem vícios legais de outra natureza, adequando-as às necessidades da agricultura familiar.

4.14 – Promover a recuperação dos assentamentos incluindo infra-estrutura, garantindo a viabilidade econômica, social e ambiental das famílias.

4.15 - A fim de assegurar um processo de mudança gradativa da atividade produtiva tradicional para um modelo sustentável no Estado, aqueles agricultores que prepararam o terreno, não realizaram a queima e não serão atendidos por alternativas de preparação do solo, poderão realizar a queima controlada, **desde que autorizada e após o período crítico de seca, com as primeiras chuvas, sempre de acordo com um calendário de rodízio aprovado pelo Comitê.** O benefício da compensação referente à segurança alimentar será dirigido para aqueles que não utilizarem o fogo, mesmo após o período crítico.

4.16 – Criar um modelo de susceptibilidade e previsibilidade da propagação de incêndios no Estado.

5. MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O planejamento e monitoramento das ações previstas neste documento serão realizados pelo Comitê por meio de uma comissão executiva formada pelas instituições e órgãos afins de acordo com a divisão de competências estabelecida no Termo de Compromisso assinado entre os mesmos.

As ações propostas deverão ter o seu detalhamento estabelecido pelo Comitê Estadual, através da comissão executiva a ser definida, com prazo de 10 dias a partir da assinatura do termo de compromisso dos parceiros envolvidos.

6. CONCLUSÃO

Essa proposta será formalizada por meio de um **Termo de Compromisso**, a ser firmado entre o Governo Federal envolvendo os ministérios mencionados no início deste documento, o Governo Estadual através da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, da Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e Iteraima, entidades do Estado representativas dos agricultores familiares e das organizações indígenas.

Temos certeza que, se seguido o caminho proposto, será possível reverter a tendência de degradação ambiental no Estado e, com a experiência de implementação das diversas alternativas levantadas neste documento, em especial o PROAMBIENTE em Roraima, possamos contribuir para que seja implementado um novo modelo de desenvolvimento da agricultura familiar e da reforma agrária na Amazônia.

Obs: Esta proposta será submetida aos órgãos federais, estaduais e entidades representativas dos agricultores familiares e comunidades indígenas, encarregados da implementação dessas propostas para ser formulada como um termo de compromisso.

TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE POR MEIO DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DA AMAZÔNIA E IBAMA, O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, ATRAVÉS DO INCRA, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA ATRAVÉS DA EMBRAPA, O MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL POR MEIO DA DEFESA CIVIL, MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA ATRAVÉS DO INPA, MINISTERIO DA JUSTIÇA ATRAVÉS DA FUNAI E O GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA ATRAVÉS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, FUNDAÇÃO DE MEIO AMBIENTE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ITERAIMA, SECRETARIA DO INDIO E ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES – FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DE RORAIMA, CENTRAL DOS ASSENTADOS DE RORAIMA E GRUPO DE TRABALHO AMAZÔNICO DE RORAIMA.

O presente Termo de Compromisso tem por objeto definir as bases e dividir responsabilidades para a implementação das ações emergenciais e estruturantes de curto, médio e longo prazos para os agricultores que evitaram queimadas em suas propriedades ou foram atingidos acidentalmente pelas queimadas em 2003, visando a reorientação da atividade agrícola familiar no Estado de Roraima.

1 – Compete ao MMA, por meio da Secretaria de Coordenação da Amazônia:

- a) Zelar para que a implementação deste Termo de Compromisso cumpra as diretrizes e princípios estabelecidos no documento acordado pelas diversas instituições envolvidas.
- b) Acompanhar, avaliar, orientar e controlar a execução das ações deste Termo de Compromisso, visando o alcance das metas estabelecidas para as ações emergenciais e estruturantes descritas no documento base.
- c) Promover a articulação interinstitucional com os demais órgãos federais signatários deste termo, no sentido de garantir ações coordenadas no âmbito do Governo Federal.
- d) Propor alternativas produtivas sustentáveis, em especial o PROAMBIENTE (já aprovado pelo MMA), em substituição à cultura de "corte e queima", que contribuam para definir um novo modelo de desenvolvimento da agricultura familiar e da reforma agrária na Amazônia.
- e) Elaborar e celebrar convênios com os órgãos executores das ações emergenciais e estruturantes com base neste instrumento e nas normas que regem a matéria objetivando a implementação dos projetos e a consequente transferência de recursos.

- f) Supervisionar as atividades dos Convênios em execução, avaliando os seus resultados e seus reflexos, visando o alcance das metas estabelecidas para os projetos, podendo assumir ou transferir a responsabilidade da execução no caso de paralisação.
- g) Apoiar a elaboração e implementação de um novo desenho de assistência técnica em conjunto com os atores envolvidos nos projetos, que venha garantir a consolidação de um modelo produtivo sustentável no estado de Roraima.
- h) Buscar os meios para assegurar a reimplantação das experiências de produção sustentável implementados pelo PDA que foram atingidos pelas queimadas em Roraima.
- i) Disponibilizar as informações ambientais contidas em base de dados já existente no SPRN/PPG7 para auxiliar no acompanhamento das ações previstas no documento base.

II – Compete ao MMA por meio do IBAMA:

- a) Zelar para que a implementação deste Termo de Compromisso cumpra o cumprimento das diretrizes e princípios estabelecidos no documento acordado pelos diversos atores envolvidos.
- b) Acompanhar, avaliar, orientar e controlar a execução das ações deste termo de compromisso, visando o alcance das metas estabelecidas para as ações emergenciais e estruturantes descritas no documento base.
- c) Disponibilizar sua estrutura – base de dados, logística e técnica - para auxiliar no cadastramento e acompanhamento das ações previstas.
- d) Realizar os laudos periciais para a identificação dos agricultores que foram atingidos pelo fogo de forma a diferenciar a queima voluntária ou acidental, de acordo com sua capacidade operacional.
- e) Garantir a fiscalização ambiental integrada com o estado, municípios e FUNAI quando se referir à áreas indígenas.
- f) Manter as ações de capacitação, formação e reciclagem de brigadas nos municípios e nas localidades, assegurando o envolvimento e articulação da FUNAI e organizações indígenas neste processo.
- g) Disponibilizar ao Comitê estadual de prevenção e Controle de Queimadas e Combate a Incêndios Florestais todas as autorizações de desmatamento e queimadas.

- h) Realizar cursos de queima controlada junto aos projetos de assentamentos priorizando os municípios com maior número de focos de incêndios.
- i) Revitalizar o Setor de Educação Ambiental para que o mesmo possa estar mais presente junto as comunidades.

III– Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio do INCRA:

- a) Zelar que a implementação deste Termo de Compromisso garanta o cumprimento das diretrizes e princípios estabelecidos no documento acordado pelos diversos atores envolvidos.
- b) Acompanhar, avaliar, orientar e controlar a execução das ações deste termo de compromisso, visando o alcance das metas estabelecidas para as ações emergenciais e estruturantes descritas no documento base.
- c) Garantir a adequação da atual modalidade “Seguro Safra” de forma a atender as necessidades dos agricultores de Roraima que tiveram suas safras inviabilizadas pela não realização da queima e por aqueles que tiveram suas roças atingidas pelo fogo acidental.
- d) Somar esforços de forma a estender as linhas de crédito do PRONAF-A para todos os demais agricultores que se enquadram na agricultura familiar, adotando técnicas produtivas menos predatórias ou comprovando a real necessidade de queima.
- e) Auxiliar na identificação dos agricultores que poderão ser beneficiados com as ações emergenciais e estruturantes de acordo com a caracterização definida no documento base.
- f) Disponibilizar sua estrutura no âmbito do Estado de Roraima para auxiliar no cadastramento e no acompanhamento das ações emergenciais e estruturantes.
- g) Somar esforços de forma integrada com o ITERAIMA, Fundação de Meio Ambiente, IBAMA e Secretaria de Agricultura, Produção e Abastecimento para uma ação compartilhada visando estabelecer base compatíveis de informação sobre os assentamentos.
- h) Apoiar a elaboração e implementação de um novo desenho de assistência técnica em conjunto com os atores envolvidos nos projetos, que venha garantir a consolidação de um modelo produtivo sustentável no estado de Roraima.
- i) Disponibilizar sua estrutura – base de dados, logística e técnica - para auxiliar no cadastramento e acompanhamento das ações previstas.

IV – Compete ao Ministério da Agricultura por meio da EMBRAPA:

- a) Zelar que a implementação deste Termo de Compromisso cumpra as diretrizes e princípios estabelecidos no documento acordado pelos diversos atores envolvidos.
- b) Acompanhar, avaliar, orientar e controlar a execução das ações deste Termo de Compromisso, visando o alcance das metas estabelecidas para as ações emergenciais e estruturantes descritas no documento base.
- c) Disponibilizar as tecnologias já validadas de substituição à agricultura de corte e queima.
- d) Otimizar a transferência de tecnologias para a difusão das alternativas de produção sustentáveis testadas pela EMBRAPA, através de capacitação de técnicos e multiplicadores, pesquisa participativa e unidades de observação e demonstração.
- e) Disponibilizar, quando solicitado, pesquisadores para atender as ações emergenciais e estruturantes acordadas no documento base.
- f) Disponibilizar a sua estrutura no âmbito do Estado de Roraima para auxiliar no cadastramento e no acompanhamento das ações emergenciais e estruturantes de acordo com a sua capacidade institucional e programação de pesquisa.
- g) Apoiar a elaboração e implementação de um novo desenho de assistência técnica em conjunto com os atores envolvidos nos projetos, que venha garantir a consolidação de um modelo produtivo sustentável no Estado de Roraima.
- h) Disponibilizar sua estrutura – base de dados, logística e técnica - para auxiliar no cadastramento e acompanhamento das ações previstas.

V – Compete ao Ministério da Justiça por meio da FUNAI:

- a) Garantir o cumprimento da legislação indígena no que se refere a proteção dos territórios e integridade das comunidades.
- b) Implementar, em articulação com as representações nos territórios indígenas, as demandas apresentadas no documento base.
- c) Somar esforços na identificação de projetos destinados às comunidades indígenas que possam vir auxiliar as demandas dessas comunidades a exemplo do PDPI (Projetos Demonstrativos para os Povos Indígenas).

VI – Compete ao Ministério da Ciência e Tecnologia por meio do INPA:

- a) Zelar que a implementação deste Termo de Compromisso cumpra as diretrizes e princípios estabelecidos no documento acordado pelos diversos atores envolvidos.
- b) Acompanhar, avaliar, orientar e controlar a execução das ações deste termo de compromisso, visando o alcance das metas estabelecidas para as ações emergenciais e estruturantes descritas no documento base.
- c) Disponibilizar sua estrutura e quadro técnico no sentido de apoiar e contribuir para o conjunto das ações emergenciais e estruturais.
- d) Participar da coordenação e efetivação das ações de monitoramento, controle e prevenção dos incêndios florestais de Roraima.
- e) Integrar grupos de execução de pesquisa que envolvam sistemas articulados de monitoramento, controle e prevenção de incêndios florestais.
- f) Participar da coordenação, articulação e efetivação das ações estruturais, de capacitação ambiental e prevenção de incêndios junto às populações indígenas do Estado.
- g) Disponibilizar sua estrutura – base de dados, logística e técnica para - auxiliar no cadastramento e acompanhamento das ações previstas.

VII – Compete ao Governo do Estado por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento:

- a) Zelar que a implementação deste Termo de Compromisso cumpra as diretrizes e princípios estabelecidos no documento acordado pelos diversos atores envolvidos.
- b) Acompanhar, avaliar, orientar e controlar a execução das ações deste termo de compromisso, visando o alcance das metas estabelecidas para as ações emergenciais e estruturantes descritas no documento base.
- c) Reestruturar, com critérios de paridade entre instituições governamentais e não governamentais e representatividade, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de forma a prepará-lo para implementar e acompanhar as ações previstas no presente Termo de Compromisso.
- d) Participar com o atual quadro da assistência técnica existente, na implementação das ações propostas, garantindo a capacitação adequada às

atividades produtivas sustentáveis e a efetiva assistência na implementação das ações emergenciais e estruturantes.

- e) Disponibilizar a sua estrutura no âmbito do estado para auxiliar no cadastramento e no acompanhamento das ações emergenciais e estruturantes.
- f) Disponibilizar sua estrutura de equipamentos priorizando aquelas de baixo impacto para agilizar a preparação de áreas de plantio dos agricultores que não realizaram queimadas.
- g) Promover a articulação com as demais Secretarias de Estado, visando otimizar as estruturas existentes nessas secretarias para a implementação efetiva das ações previstas, de caráter emergencial e estruturantes, e internalizar a adoção de novas técnicas produtivas menos predatórias.
- h) Apoiar a elaboração e implementação de um novo desenho de assistência Técnica em conjunto com os atores envolvidos nos projetos, que venha garantir a consolidação de um modelo produtivo sustentável no estado de Roraima.

VIII – Compete a Fundação de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia:

- a) Zelar que a implementação deste Termo de Compromisso cumpra as diretrizes e princípios estabelecidos no documento acordado pelos diversos atores envolvidos.
- b) Acompanhar, avaliar, orientar e controlar a execução das ações deste termo de compromisso, visando o alcance das metas estabelecidas para as ações emergenciais e estruturantes descritas no documento base.
- c) Reestruturar com critérios de paridade entre instituições governamentais não governamentais e representatividade, o atual Conselho Estadual de Meio Ambiente Ciência e Tecnologia, de forma à garantir que o referido Conselho possa agir articuladamente com o Conselho Estadual Desenvolvimento Rural Sustentável na implementação e acompanhamento das ações previstas neste no presente Termo.
- d) Disponibilizar à sua estrutura para auxiliar no cadastramento e no acompanhamento das ações emergenciais e estruturantes.
- e) Utilizar Convênios existentes como o SPRN/PGAII realizado em parceria com o Governo do Estado, no sentido de otimizar a aplicação de recursos nas ações integradas de caráter emergencial e estruturante.
- f) Disponibilizar o corpo técnico para levantamento de dados e acompanhamento das ações.

- g) Auxiliar na identificação e no planejamento estratégico das ações sustentáveis a ser implementadas.
- h) Manter as ações de capacitação, de formação e reciclagem de brigadas.
- i) Auxiliar nos laudos periciais para a identificação dos agricultores que foram atingidos pelo fogo de forma a diferenciar a queima voluntária da acidental
- j) Apoiar a elaboração e implementação de um novo desenho de assistência técnica em conjunto com os atores envolvidos nos projetos, que venha garantir a consolidação de um modelo produtivo sustentável no estado de Roraima.
- k) Manter as ações de capacitação, formação e reciclagem de brigadas nos municípios e nas localidades, assegurando o envolvimento e articulação da FUNAI e organizações indígenas neste processo.
- l) Realizar cursos de queima controlada junto aos projetos de assentamentos priorizando os municípios com maior número de focos de calor.
- m) Assegurar e disponibilizar através do FEMA (Fundo Estadual de Meio Ambiente) e do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia recursos financeiros para execução de trabalhos de pesquisas que envolvam a geração de informações, tecnologias e ou contribuam para elaborar e testar em campo novos modelos socioambientais de uso da terra e dos recursos naturais na perspectiva de minimizar e racionalizar o uso do fogo.

IX – Compete ao Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima (ITERAIMA):

- a) Zelar que a implementação deste Termo de Compromisso cumpra as diretrizes e princípios estabelecidos no documento acordado pelos diversos atores envolvidos.
- b) Acompanhar, avaliar, orientar e controlar a execução das ações deste termo de compromisso, visando o alcance das metas estabelecidas para as ações emergenciais e estruturantes descritas no documento base.
- c) Disponibilizar através de sua estrutura atual informações pertinentes à situação dos assentamentos assistidos.
- d) Implementar ações conjuntas com todos os órgãos envolvidos, visando o melhor desenvolvimento das mesmas.
- e) Contribuir com informações sobre a situação fundiária atual de todas as propriedades cadastradas neste Instituto.

- f) Disponibilizar sua estrutura – base de dados, logística e técnica - para auxiliar no cadastramento e acompanhamento das ações previstas.

X – Compete à Secretaria do Índio do Estado de Roraima:

- a) Zelar que a implementação deste Termo de Compromisso cumpra as diretrizes e princípios estabelecidos no documento acordado pelos diversos atores envolvidos.
- b) Acompanhar, avaliar, orientar e controlar a execução das ações deste termo de compromisso, visando o alcance das metas estabelecidas para as ações emergenciais e estruturantes descritas no documento base.
- c) c) Articular parceria institucional com a FUNAI, organizações e comunidades indígenas.
- d) Assegurar o respeito aos direitos constitucionais dos índios, no âmbito da implementação deste Termo de Compromisso.
- e) Articular junto à FUNAI, organizações e comunidades indígenas, ações de acompanhamento, avaliação, orientação e controle da execução das ações deste Termo de Compromisso, visando o alcance das metas estabelecidas para as ações emergenciais e estruturantes descritas no no documento base.
- f) Apoiar a Implementação em articulação com as representações indígenas as demandas apresentadas no documento base.

XI – Compete a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Roraima:

- a) Zelar que a implementação deste Termo de Compromisso cumpra as diretrizes e princípios estabelecidos no documento acordado pelos diversos atores envolvidos.
- b) Acompanhar, avaliar, orientar e controlar a execução das ações deste termo de compromisso, visando o alcance das metas estabelecidas para as ações emergenciais e estruturantes descritas no documento base.
- c) Acompanhar e apoiar a mobilização para a realização do cadastramento dos agricultores que deverão ser beneficiados com as medidas através de suas organizações e representações.
- d) Fiscalizar a implementação das ações e formular, oficialmente denúncias ao Comitê em casos de irregularidades comprovadas.
- e) Utilizar os mecanismos existentes destinados ao terceiro setor no sentido de otimizar a aplicação dos recursos nas ações emergenciais e estruturantes.

XII – Compete à Central dos Assentados de Roraima – CAR:

- a) Zelar que a implementação deste Termo de Compromisso cumpra as diretrizes e princípios estabelecidos no documento acordado pelos diversos atores envolvidos.
- b) Acompanhar, avaliar, orientar e controlar a execução das ações deste termo de compromisso, visando o alcance das metas estabelecidas para as ações emergenciais e estruturantes descritas no documento base.
- c) Participar do processo de mobilização na implantação das ações emergenciais e estruturantes.
- d) Articular as associações de agricultores familiares, objetivando a regularização ambiental dos agricultores, conforme definido em Termo de Ajuste de Conduta, a ser firmado com o IBAMA.
- d) Elaborar e apresentar projetos alternativos para utilização de áreas de capoeira (sub-utilizadas), piscicultura, SAFs, manejo florestal, fruticultura, criação de pequenos animais nos assentamentos e áreas de colonização.
- f) Promover ações de capacitação por intermédio do convênio de assistência técnica (INCRA/CAR/ÊXITO), que visem a difusão de práticas de produção sem o uso do fogo.
- g) Articular e incentivar a criação de grupos voluntários de brigadas comunitárias nos assentamentos e áreas de colonização.
- h) Divulgar entre os trabalhadores, o Termo de Compromisso e as medidas programadas pelo Comitê.
- i) Fiscalizar o cumprimento das ações e monitorar a implementação das atividades emergenciais e estruturantes.

XIII – Compete ao Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) / Regional Roraima:

- a) Zelar que a implementação deste Termo de Compromisso cumpra as diretrizes e princípios estabelecidos no documento acordado pelos diversos atores envolvidos.
- b) Acompanhar, avaliar, orientar e controlar a execução das ações deste termo de compromisso, visando o alcance das metas estabelecidas para as ações emergenciais e estruturantes descritas no documento base.
- c) Acompanhar de forma integrada e mobilizada, a realização do cadastramento dos agricultores que deverão ser beneficiados com as medidas emergenciais e

estruturantes através dos representantes dos diversos segmentos das entidades filiadas à rede.

- d) Articular conjuntamente, através das entidades filiadas nas ações de fiscalização e acompanhamento nas ações deliberadas pelo Comitê e Conselhos citados como parte estruturante deste Termo.
- e) Promover sensibilização, capacitação e divulgação deste Termo de Compromisso através de programas e projetos já em andamento pelos seus filiados.
- f) Planejar, elaborar e acompanhar as iniciativas de êxito que visam disseminar as alternativas de produção sem o uso do fogo.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento de igual teor e forma para que produzam entre si os legítimos efeitos jurídicos.

Boa Vista-RR, 20 de Março de 2003.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DA AMAZÔNIA

Dra. Mary Alegretti
Secretária de Coordenação da Amazônia

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA

Dr. Francisco Flamarion Portela
Governador do Estado

SECRETARIA ESTADUAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Vicente Barreto
Secretário Adjunto

SECRETARIA ESTADUAL DO ÍNDIO

Wilson Jordão Mota Bezerra
Secretário

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Clidenor Andrade Leite
Diretor

ITERAIMA- INSTITUTO DE TERRAS DE RORAIMA

Celso Antonio Lima Casadio
Diretor Presidente do Iteraima

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

Lurenes Cruz
Superintendente do INCRA RR

IBAMA-INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE

Ademir Junes
Gerente Executivo do IBAMA- RR

EMBRAPA-EMPRESA BRASILEIRA DE AGROPECUARIA

Eduardo Alberto Vilela Moralis
Chefe Geral da EMBRAPA-RR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Alexandre Sa Pinto
Vice-Administrador da Funai-RR

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA AMAZÔNICA

Reinaldo Imbrozio Barbosa
Chefe do Escritório- RR

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA

Juares Pereira da Silva
Diretor da FETAG-RR

CENTRAL DOS ASSENTADOS DE RORAIMA

Jose Garcia
Presidente

GRUPO DE TRABALHO AMAZÔNICO

Zaqueu Martins
Membro da Regional Roraima